



20
22

Demonstrações contábeis
Cia. Itaú de Capitalização

30 de junho de 2022

Cia. Itaú de Capitalização

Relatório da Administração - 2022

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização, relativos aos períodos de 30/06/2022 e 31/12/2021 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2022 e de 2021 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a junho de 2022 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 169 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação). Com a melhora no cenário referente a pandemia de COVID-19, verifica-se uma continuidade na recuperação do setor impulsionado pelos segmentos de previdência (+R\$ 8,2 bilhões) e seguros (+R\$ 12,8 bilhões).

No acumulado de janeiro a junho de 2022, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB⁽¹⁾ foi de 3,5%, aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2022, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,3 trilhão, apresentando aumento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a junho de 2022, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou aumento de 18,1% em relação ao mesmo período de 2021. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 34,3 bilhões, aumento de 5,0% em relação a junho de 2021.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022:

O **lucro líquido** alcançou R\$ 158,7 milhões, apresentando um aumento significativo de 132,9% em relação ao mesmo período de 2021. Esse impacto foi causado basicamente por resultado financeiro e pelo aumento de receita líquida com títulos de capitalização.

2.2 Patrimonial

Variações de 30 de junho de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021:

O total de **ativos** R\$ 4,7 bilhões, aumento de 0,3%.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 892 milhões, redução de 0,3%.

As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,3 bilhões, aumento de 1,1%, resultante principalmente do aumento de provisões matemáticas de capitalização.

3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a junho de 2022, distribuimos o montante de R\$ 32,2 milhões em prêmios. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

A Administração.

(1) O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

Cia. Itaú de Capitalização

DIRETORIA

Diretor Presidente

Eduardo Nogueira Domeque

Diretores

Carlos Henrique Donegá Aídar

José Geraldo Franco Ortiz Junior

Renato Giongo Vichi

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Atuária

Bianca Oliveira Lamounier Castello

MIBA: 1694

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 9º Andar - São Paulo - SP

Cia. Itaú de Capitalização**Balanco Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		3.235.554	3.215.991
Disponível		3.678	5.040
Caixa e Bancos	2d II	3.678	5.040
Aplicações	2d III, 3	3.217.735	3.197.087
Créditos das Operações de Capitalização		90	18
Créditos das Operações Capitalização		90	18
Títulos e Créditos a Receber		13.731	13.767
Títulos e Créditos a Receber		12.473	11.255
Créditos Tributários e Previdenciários	2d V, 7b I, 7c	1.258	2.512
Despesas Antecipadas		320	79
Ativo Não Circulante		1.433.202	1.440.034
Realizável a Longo Prazo		593.913	600.766
Aplicações	2d III, 3	524.026	545.345
Títulos e Créditos a Receber		69.887	55.421
Créditos Tributários e Previdenciários	2d V, 7b I, 7c	48.213	34.291
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	21.667	21.130
Outros Créditos Operacionais		7	-
Investimentos		24.758	24.737
Imóveis Destinados à Renda		24.758	24.057
Outros Investimentos		-	680
Intangível	2d IV	814.531	814.531
Outros Intangíveis		814.531	814.531
Total do Ativo		4.668.756	4.656.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		3.408.011	3.393.125
Contas a Pagar		83.058	104.004
Obrigações a Pagar		5.951	41.381
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		900	1.425
Impostos e Contribuições	2d V	76.207	61.198
Provisões Técnicas - Capitalização	2d VI, 4b	3.324.953	3.289.121
Provisões para Resgates		3.316.329	3.279.928
Provisões para Sorteios		8.404	8.788
Provisão Administrativa		220	405
Passivo Não Circulante		369.042	368.513
Contas a Pagar		334.242	334.098
Tributos Diferidos	2d V, 7b II	334.198	334.098
Outras Contas a Pagar		44	-
Outros Débitos		34.800	34.415
Provisões Judiciais	5	34.800	34.415
Patrimônio Líquido	8	891.703	894.387
Capital Social		558.295	558.295
Reservas de Capital		7.606	7.606
Reservas de Reavaliação		3.917	3.841
Reservas de Lucros		361.060	347.572
Outros Resultados Abrangentes		(39.175)	(22.927)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		4.668.756	4.656.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receita Líquida com Títulos de Capitalização		300.598	211.227
Arrecadação com Títulos de Capitalização		1.492.845	1.253.516
Variação da Provisão para Resgate	4b	(1.192.247)	(1.042.289)
Variação das Provisões Técnicas		185	437
Resultado com Outras Provisões Técnicas	4b	185	437
Resultado com Sorteio	4b	(30.345)	(24.908)
Custo de Aquisição		(3.081)	(1.865)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		31.827	16.492
Outras Receitas Operacionais	6a	32.214	17.070
Outras Despesas Operacionais		(387)	(578)
Despesas Administrativas	6b	(141.565)	(85.496)
Despesas com Tributos	2d V	(16.988)	(10.883)
Resultado Financeiro	6c	112.926	(879)
Resultado Patrimonial		9.534	9.297
Receitas com Imóveis Destinados à Renda		9.572	9.435
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(38)	(138)
Resultado Operacional		263.091	113.422
Resultado antes dos Impostos		263.091	113.422
Imposto de Renda	2d V, 7a I	(64.974)	(28.311)
Contribuição Social	2d V, 7a I	(39.503)	(16.994)
Lucro Líquido		158.614	68.117
Quantidade de Ações	8a	670.963	670.963
Lucro Líquido por Ação	2d VIII	236,40	101,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de reais)

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido	158.614	68.117
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(16.248)	(9.617)
Variação de Valor Justo	(30.264)	(16.028)
Efeito Fiscal	14.016	6.411
Total de Outros Resultados Abrangentes	(16.248)	(9.617)
Total do Resultado Abrangente	142.366	58.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Estatutária			
Saldos em 01/01/2021		558.295	7.606	3.694	89.873	223.564	3.384	-	886.416
Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	79	-	-	-	(131)	(52)
Dividendos		-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(9.617)	68.117	58.500
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	68.117	68.117
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	(9.617)	-	(9.617)
Destinações									
Reservas		-	-	-	3.406	64.580	-	(67.986)	-
Saldos em 30/06/2021	8	558.295	7.606	3.773	93.279	188.144	(6.233)	-	844.864
Mutações do Período		-	-	79	3.406	(35.420)	(9.617)	-	(41.552)
Saldos em 01/01/2022		558.295	7.606	3.841	98.681	248.891	(22.927)	-	894.387
Realização de Reserva de Reavaliação		-	-	76	-	-	-	(126)	(50)
Dividendos		-	-	-	-	(145.000)	-	-	(145.000)
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(16.248)	158.614	142.366
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	158.614	158.614
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	(16.248)	-	(16.248)
Destinações									
Reservas		-	-	-	7.931	150.557	-	(158.488)	-
Saldos em 30/06/2022	8	558.295	7.606	3.917	106.612	254.448	(39.175)	-	891.703
Mutações do Período		-	-	76	7.931	5.557	(16.248)	-	(2.684)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido Ajustado		160.275	68.097
Lucro Líquido		158.614	68.117
Ajustes para:		1.661	(20)
Depreciações e Amortizações		38	138
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(541)	(138)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		406	99
Constituição / (Reversão) Provisões para Contingências		31	31
Tributos Diferidos		1.777	(150)
Outros		(50)	-
Variação nas Contas Patrimoniais			
Ativos Financeiros		(15.577)	56.362
Créditos das Operações de Capitalização		(72)	-
Depósitos Judiciais e Fiscais		4	1.028
Despesas Antecipadas		(241)	(207)
Outros Ativos		(15.680)	3.006
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		109.354	46.183
Provisões Técnicas - Capitalização		35.832	(137.175)
Provisões Judiciais		(53)	(38)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		273.842	37.256
Imposto sobre o Lucro Pagos		(88.418)	(40.466)
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		185.424	(3.210)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(186.786)	-
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(186.786)	-
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2d II	(1.362)	(3.210)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		5.040	5.027
Caixa e equivalente de caixa no final do período		3.678	1.817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Itaú de Capitalização

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itauseg Participações S.A. com participação de 99,99985% e Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2022.

Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Notas 3a, 2d III) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2022

- **Resolução CNSP nº 432/2021** – Substitui a Resolução CNSP nº 321/15, a partir de 03/01/2022, agregando prazo para adequação dos ajustes de patrimônio líquido ajustado dados pela Resolução CNSP nº 412/21.
- **Circular Susep nº 648/2021** - Substitui a Circular SUSEP nº 517/15, a partir de 03/01/2022, alterando, principalmente, a forma de reconhecimento da reversão da reserva de benefícios; do ágio e deságio para entidade cessionária de carteiras.

II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

III - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que se considera provável que a CIACAP gerará lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

IV - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

A CIACAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

V - Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

d) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e equivalentes de caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Aplicações, ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos Mantidos para Negociação.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

III.I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

III.II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

III.III. Empréstimos e Recebíveis

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis na seguinte rubrica do Balanço Patrimonial: Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

III.IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

IV - Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, que se trata da diferença entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Contemplam, substancialmente, ágios pagos em aquisições, decorrentes da reorganização societária realizada em função da associação dos conglomerados Itaú e Unibanco. São classificados em ativos de vida útil indefinida avaliados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. No período, não houve indício de perda, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados.

V - Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

A despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

VI - Capitalização

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

VII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração da CIACAP entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

VIII - Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

IX - Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

Nota 3 - Aplicações

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos		2.214.675	2.292.302
Letras Financeiras		867.520	747.448
Letras do Tesouro Nacional		47.923	12.852
Letras Financeiras do Tesouro		390.316	579.919
Notas do Tesouro Nacional		198.400	343.852
Debêntures		28.142	36.692
Ações		48.828	29.550
Certificados de Depósito Bancário		44.764	20.507
Derivativos		2.103	(88)
Compromissadas		413.162	383.813
Depósitos a Prazo com Garantia Especial		63.331	67.484
Cotas de Fundos de Investimentos		77.455	68.787
Contas a Receber / (Pagar)		32.731	1.486
Títulos de Empresas		1.003.060	904.785
Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI + 3,25%	7.305	11.709
Letras Financeiras		-	5.403
Debêntures	CDI + 1,45% / IPCA + 7,05%	918.030	808.427
Notas de Crédito	CDI + 2,11%	77.725	79.246
Total		3.217.735	3.197.087

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
Sem vencimento	159.015	99.824
Até um ano	583.849	1.199.209
De um a cinco anos	1.877.593	1.682.092
De cinco a dez anos	586.278	211.246
Após dez anos	11.000	4.716
Total	3.217.735	3.197.087
Circulante	3.217.735	3.197.087
Não Circulante	-	-

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo
Títulos Públicos		592.501	(68.475)	524.026	583.556	(38.211)	545.345
Letras do Tesouro Nacional	13,45%	320.671	(30.876)	289.795	311.573	(27.686)	283.887
Notas do Tesouro Nacional	10,00%	271.830	(37.599)	234.231	271.983	(10.525)	261.458
Total		592.501	(68.475)	524.026	583.556	(38.211)	545.345

O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
De um a cinco anos	289.795	283.887
De cinco a dez anos	234.231	261.458
Total	524.026	545.345
Circulante	-	-
Não Circulante	524.026	545.345

c) Movimentação das aplicações

	30/06/2022			31/12/2021
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	3.197.087	545.345	3.742.432	3.901.379
Aplicações	822.532	-	822.532	1.810.100
Resgate de Principal	(989.882)	(12.690)	(1.002.572)	(2.099.249)
Resultado Financeiro	187.998	21.635	209.633	174.053
Ajustes ao Valor Justo (no PL)	-	(30.264)	(30.264)	(43.851)
Saldo Final	3.217.735	524.026	3.741.761	3.742.432

d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	30/06/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mantidos para Negociação	682.186	2.535.549	-	3.217.735	720.003	2.477.084	-	3.197.087
Fundos de Investimentos	-	2.214.675	-	2.214.675	-	2.292.302	-	2.292.302
Debêntures	682.186	235.844	-	918.030	720.003	88.424	-	808.427
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	5.403	-	5.403
Notas de Crédito	-	77.725	-	77.725	-	79.246	-	79.246
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	7.305	-	7.305	-	11.709	-	11.709
Disponíveis para Venda	524.026	-	-	524.026	545.345	-	-	545.345
Títulos Públicos	524.026	-	-	524.026	545.345	-	-	545.345

e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	30/06/2022	%	31/12/2021	%
Setor Público	1.446.975	38,7%	1.458.904	39,0%
Financeiros	1.291.354	34,5%	1.412.674	37,7%
Serviços	515.736	13,8%	445.526	11,9%
Indústria e Comércio	371.575	9,9%	347.578	9,3%
Outros Setores	116.121	3,1%	77.750	2,1%
Total	3.741.761	100,0%	3.742.432	100,0%

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/06/2022			31/12/2021		
	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total
Baixo	3.217.693	524.026	3.741.719	3.197.087	545.345	3.742.432
Médio	42	-	42	-	-	-
Alto	-	-	-	-	-	-
Total	3.217.735	524.026	3.741.761	3.197.087	545.345	3.742.432
%	86,00%	14,00%	100,00%	85,43%	14,57%	100,00%

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

Nota 4 - Capitalização

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensal, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

a) Provisões Técnicas de Capitalização

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.

- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** – constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

b) Provisões Técnicas - Movimentação

	Provisões para Resgates (PMC) e (PR)	Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)	Provisões para Despesa Administrativa (PDA)	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	3.279.928	8.788	405	3.289.121	3.505.252
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	1.192.247	30.345	(185)	1.222.407	2.221.427
(+) Atualização financeira das provisões	97.058	3	-	97.061	177.263
(-) Resgates	(1.252.904)	(30.732)	-	(1.283.636)	(2.614.821)
Saldo Final	3.316.329	8.404	220	3.324.953	3.289.121

c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões Técnicas	3.324.953	3.289.121
Fundos de Investimentos	2.028.802	1.557.268
Títulos de Empresas	871.874	951.708
Títulos Públicos	524.026	545.345
Garantias das Provisões Técnicas	3.424.702	3.054.321
Cobertura Excedente	99.749	98.674

d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	891.703	894.387
Despesas Antecipadas	(320)	(79)
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(44.492)	(32.204)
Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	(488.718)	(488.718)
Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(24.759)	(24.058)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	333.414	349.328
% Nível 1 sobre CMR	182,4%	203,5%
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	12.032	18.684
Superávit entre provisões exatas constituídas e fluxo real sociedades de capitalização	12.566	11.286
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2	24.598	29.970
Ajuste de excesso de PLA Nível 2	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 após ajuste (b)	24.598	29.970
% Nível 2 sobre CMR	13,5%	17,5%
Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias limitado a 15% do CRM	27.421	25.755
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	24.759	24.057
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3	52.180	49.812
Ajuste de excesso de PLA Nível 3	(24.759)	(24.057)
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 após ajuste (c)	27.421	25.755
% Nível 3 sobre CMR	15,0%	15,0%
Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (f)	(24.759)	(24.057)
Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (g)	-	-
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 = menor valor entre (f) e (g)	(24.759)	(24.057)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c)	385.433	405.053
Capital Base (d)	10.800	10.800
Capital Adicional de Risco de Subscrição	22.439	20.382
Capital Adicional de Risco de Crédito	135.418	122.132
Capital Adicional de Risco Operacional	8.150	7.107
Capital Adicional de Risco de Mercado	61.447	67.028
Benefício da Correlação entre Risco	(44.645)	(44.952)
Capital de Risco (e)	182.809	171.697
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (d) e (e)	182.809	171.697
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	202.624	233.356

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

Produto	SUSEP	Tipo ⁽¹⁾	Cota de Carregamento	
			30/06/2022	31/12/2021
PIC Itaú Uniclass	15414.603701/2020-62	PM	de 4,11% a 88,16%	de 4,11% a 88,16%
PIC Itaú Agência	15414.603691/2020-65	PM	de 4,42% a 88,40%	de 4,42% a 88,40%

1) PM - Pagamento Mensal.

Nota 5 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da CIACAP são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A CIACAP com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta Nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 220 (R\$ 252 em 31/12/2021) com depósito em garantia de recursos de R\$ 123 (R\$ 123 em 31/12/2021).

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros sem provisionamento no período com depósito em garantia de recursos de R\$ 1.015 (R\$ 980 em 31/12/2021).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	30/06/2022			31/12/2021
	Obrigação Legal	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	34.163	-	34.163	33.854
Atualização/Encargos	417	-	417	309
Saldo Final	34.580	-	34.580	34.163
Saldo Final em 31/12/2021	34.163	-	34.163	
Depósitos em Garantia de Recursos	740	-	740	728

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- PIS – R\$ 34.409 – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 69.371 (R\$ 67.945 em 31/12/2021), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 60.903: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas as discussões judiciais que envolvem a CIACAP são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 19.789 (R\$ 19.299 em 31/12/2021).

Nota 6 - Detalhamento de Contas

a) Outras Receitas Operacionais

Estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

b) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 9a) R\$ (135.592) (R\$ (82.050) de 01/01 a 30/06/2021).

c) Resultado Financeiro

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receitas Financeiras		232.714	113.166
Fundos de Investimento		131.469	75.211
Títulos de Renda Fixa		100.174	37.338
Outras Receitas		1.071	617
Despesas Financeiras		(119.788)	(114.045)
Atualização de Operações de Capitalização	4b	(97.254)	(90.946)
Fundos de Investimento		-	(22.566)
Títulos de Renda Fixa		(22.010)	-
Encargos sobre Tributos		(402)	(515)
Outras Despesas		(122)	(18)
Total		112.926	(879)

Nota 7 - Tributos

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado Antes dos Impostos e Participações	263.091	113.422
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(105.236)	(45.369)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Incentivos Fiscais	820	-
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(61)	64
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(104.477)	(45.305)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2021	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2022
Refletido no Resultado	16.920	(3.302)	1.574	15.192
Obrigações Legais	2.054	-	-	2.054
Provisões	11.579	(15)	15	11.579
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação	3.287	(3.287)	1.559	1.559
Refletido no Patrimônio Líquido	15.284	-	14.016	29.300
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda	15.284	-	14.016	29.300
Total ⁽¹⁾	32.204	(3.302)	15.590	44.492

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 49.471 (R\$ 36.803 em 31/12/2021) e está basicamente representado por R\$ 4.979 (R\$ 4.599 em 31/12/2021) de Tributos a Compensar e R\$ 44.492 (R\$ 32.204 em 31/12/2021) referente a Tributos Diferidos.

II - O saldo da Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2021	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2022
Refletido no Resultado	331.531	-	49	331.580
Ativos Intangíveis	325.813	-	-	325.813
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	5.718	-	49	5.767
Refletido no Patrimônio Líquido	2.567	-	51	2.618
Reserva de Reavaliação	2.567	-	51	2.618
Total	334.098	-	100	334.198
Total Líquido	(301.894)	(3.302)	15.490	(289.706)

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2022	956	2,1%
2023	605	1,4%
2024	26.952	60,6%
2025	32	0,1%
2026	17	-
2027 a 2029	907	2,0%
2030 a 2031	15.023	33,8%
Total	44.492	100,0%
Valor Presente ⁽¹⁾	37.241	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Nota 8 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	30/06/2022			30/06/2021		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	186.786	(5.949)	180.837	-	-	-
Dividendos Extraordinários	145.000	-	145.000	-	-	-
Dividendos (provisionados no período anterior)	2.128	-	2.128	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio Extraordinários (provisionados no período anterior)	39.658	(5.949)	33.709	-	-	-
Provisionados	-	-	-	100.000	-	100.000
Dividendos Extraordinários	-	-	-	100.000	-	100.000

Os dividendos provisionados, quando aplicável, são registrados na rubrica Obrigações a Pagar.

Nota 9 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto: Itaúseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da CIACAP, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Aplicações Financeiras	2.168.053	2.251.832	125.973	46.876
Fundos de Investimentos	2.168.053	2.251.832	125.973	46.876
Provisões Técnicas - Capitalizações	(44.433)	(41.907)	-	-
Empresas do Grupo	(44.433)	(41.907)	-	-
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais	-	-	12.145	13.018
Empresas do Grupo	-	-	12.145	13.018
Aluguéis	-	-	8.660	9.202
Empresas do Grupo	-	-	8.660	9.202
Convênio de Rateio de Custo Comuns (Inclui atualização monetária registrada no Resultado Financeiro)	-	-	(134.066)	(82.050)
Empresas do Grupo	-	-	(134.066)	(82.050)

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

Nota 10 - Gerenciamento de Risco

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Risco de Subscrição

Os riscos de Capitalização, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado.

Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna.
- Fraude externa.
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços.
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso.
- Interrupção das atividades.
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI).
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, consequentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado.
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo.
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados.
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio.
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("*MtM – Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	DV01	Valor Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	191.382	(26)	343.852	(35)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	241.249	(145)	261.458	(146)
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	337.718	(64)	296.739	(65)
Títulos Privados				
Indexado a IPCA	17.499	(7)	20.139	(9)
Indexado a IGP-M	-	-	4.716	-
Indexado a PRÉ	41.097	(3)	36.915	(4)
Ações	48.068	481	29.462	295
Ativos Pós-Fixados	2.442.157	-	2.365.338	-
Compromissadas Over	422.591	-	383.813	-
Total ⁽¹⁾	3.741.761		3.742.432	

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

III - Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de capitalização é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

IV - Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito para Aplicações consultar Nota 3 – Aplicações.

Os documentos “Relatório de Acesso Público – Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos” que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

Nota 11 - Informações Suplementares

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição Líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição Líder.

b) Efeitos da COVID-19 “Coronavírus”

A empresa monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados, e não identificou, neste período, impactos significativos, porém continua acompanhando e avaliando estes, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para elaboração das Demonstrações Financeiras.

c) Medida Provisória (MP) 1.115/22

Emitida em 28 de abril de 2022, altera a Lei nº 7.689/88 que dispõe, principalmente, sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 16% para as empresas de capitalização no período de 01/08/2022 a 31/12/2022, com o restabelecimento da alíquota em 01/01/2023.

Essa MP não ocasionou efeitos nas Demonstrações Financeiras da empresa no período findo em 30/06/2022, pois ainda será apreciada pelo Congresso Nacional.

Cia Itaú de Capitalização

***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Cia Itaú de Capitalização

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia Itaú de Capitalização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

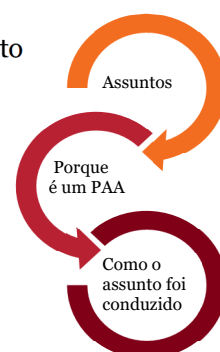
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Itaú de Capitalização em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Redução ao valor recuperável dos valores registrados na conta de Ativo intangível (Notas 2(c.III) e 2(d.IV))

O saldo de ativo intangível é submetido, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração.

Consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria por: (i) envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras; (ii) pela representatividade do saldo dessa conta.

Confirmamos nosso entendimento do desenho e dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela Administração.

Testamos as projeções e as premissas mais representativas utilizadas pela Administração para realização do teste do valor recuperável do intangível, com o objetivo de observar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas adotadas pela Administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis são razoáveis e consistentes.

Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 2(c.V), 2(d.VI) e 4)

A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registradas na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização e a Provisão para Resgate (PR) é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Confirmamos nosso entendimento do desenho e dos principais controles para mensuração dessas provisões técnicas.

Para a PMC e PR: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação referente à atualização das provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que os critérios adotados pela Administração para a mensuração das provisões técnicas, são apropriados e consistentes.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Companhia.

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de Tecnologia da Informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias continuam realizando suas atividades de forma remota (*home office*) o que gera a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes realizados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Cia Itaú de Capitalização

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo

Cia Itaú de Capitalização

auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4